EJE 4: POLÍTICAS EDUCATIVAS Y DISPUTAS POR LO PÚBLICO EN LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN

EDUCAÇÃO E CONSERVAÇÃO NACONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NO BRASIL: A AÇÃO DE BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS (1795-1850)

Dalvit Greiner de Paula
Luciano Mendes de Faria Filho

O processo de emancipação do Brasil em 1822, e seus desdobramentos na década seguinte, acabaram por gerar uma situação de pequenas guerras civis. Na tentativa de adaptar o pensamento utilitário inglês com a intenção de atender a felicidade do maior número, o modelo liberal transplantado para o Brasil por meio da Constituição de 1824 encontrou no príncipe a personificação do Estado, como garantidor da ordem e organizador da nação, reduzindo-se a um modelo quase autocrático e despótico combatido por boa parcela dos liberais à época. A Constituição de 1824, emanada de um príncipe com caráter demiúrgico encontrou os brasileiros às voltas com a necessidade de educar ímpetos e desejos, tanto de populares quanto da elite, e assim organizar o Estado. O objetivo dessa comunicação, resultado de nossas investigações inseridas num projeto de doutoramento, é o de buscar compreender o pensamento político no Brasil do Primeiro Reinado (1822-1831), tomando como referência os reflexos do pensamento liberal utilitarista na prática política do mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850), quando atuou na organização do Estado brasileiro buscando consolidar um modelo parlamentar do tipo inglês, um sistema jurídico centralizado e um sistema educacional homogêneo visando educar, modernizar e civilizar o país. Nesse processo de implantação do Estado buscamos compreender como o pensamento e a prática política de Bernardo Vasconcelos dialogaram para a crítica, em ataque e em defesa, do papel do Estado na organização da Nação no tocante à Educação. Nossas fontes primárias iniciais são os periódicos *O Universal* e o *Sete de Abril*, além dos *Diários do Conselho Geral da Província* em Minas Gerais. Para tanto apoiamo-nos num referencial teórico que vai de ReinhartKoselleck na busca das ferramentas necessárias para a apropriação dos conceitos e de seus usos, a Jean-François Sirinelli e Norberto Bobbio na tentativa de entender a ação dos intelectuais tentando reconstruir, em parte, a maneira de pensar e agir dos homens nos espaços públicos. Nossas primeiras conclusões demonstram que o traço de modernidade constitucional veio seguido do caráter conservador e centralizador ao buscar interferir na consolidação Estado e a permanência desse pensamento nas instituições educacionais.

PALAVRAS-CHAVES: Educação; Conservação; Espaço Público